

VENDA DE IMOVEIS

(De harmonia com artigo 83º da Lei nº 42/2016 de 28 de dezembro)

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE

Ano

2018

(Designação da autarquia local)

(Unidade: euros)						
Classif.	Designação	out/14 a dez/14	2015	2016	jan/17 a set/17	Média dos 36 meses anteriores a out/2017
090101	Venda de terrenos a Sociedades e quase-sociedades não financeiras	2.792,85	17.620,20	0,00	0,00	6.804,35
090110	Venda de terrenos a Famílias	2.260,84	42.434,68	10.470,50	13.247,79	22.804,60
090210	Venda de habitações a Famílias	656,25	7.645,00	2.625,00	1.968,75	4.298,33
090301	Venda de edifícios a Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0,00	0,00	45.000,10	405.000,90	150.000,33
09040101	Venda de equipamento de transporte a Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09040102	Venda de maquinaria e equipamento a Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		5.709,94	67.699,88	58.095,60	420.217,44	183.907,62

Artigo 83.º da Lei 42/2016, de 28 de dezembro (LOE/2017)

Previsão orçamental de receitas das autarquias locais resultantes da venda de imóveis

1 — Os municípios não podem, na elaboração dos documentos previsionais para 2018, orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração.

2 — A receita orçamentada a que se refere o número anterior pode ser excecionalmente de montante superior se for demonstrada a existência de contrato já celebrado para a venda de bens imóveis.

3 — Se o contrato a que se refere o número anterior não se concretizar no ano previsto, a receita orçamentada e a despesa daí decorrente devem ser reduzidas no montante não realizado da venda.